

as vozes do progresso: os liberais positivistas na imprensa capixaba oitocentista

Karulliny Silverol Siqueira* 
Universidade Federal do Espírito Santo
Vitória - Espírito Santo - Brasil

resumo

Este artigo propõe analisar a atuação do grupo denominado Liberal Positivista na imprensa capixaba em meio ao contexto da crise do Império brasileiro. A partir dos redatores e de intelectuais adeptos ao positivismo na província destacamos as principais ideias do grupo. Por meio da metodologia das linguagens políticas, destaca-se neste estudo os conceitos mais utilizados pelos positivistas, bem como a difusão das ideias políticas liberais dentro da conjuntura de crise do Império, durante a década de 1880.

Palavras-chave: Imprensa; Positivismo; Espírito Santo.

abstract

This article aims to analyze the performance of the Group Liberal Positivist through the newspapers of Espírito Santo in the context of the crisis of the Brazilian Empire. From the analysis of the writers and intellectuals adept at positivism in the province we highlight the main ideas of the group. Through the methodology of political languages, this study highlights the concepts most used by positivists, as well as the diffusion of liberal political ideas within the period of crisis of the Empire, during the 1880s

Keywords: Press; Positivism; Espírito Santo.

* Doutora em História (UFES). Professora no Departamento de Arquivologia da Universidade Federal do Espírito Santo. E-mail: karulliny@yahoo.com.br.

a linguagem positivista no Brasil: o progresso por meio da ordem

Este estudo objetiva compreender as principais características do projeto político positivista difundido por volta da década de 1880 no Espírito Santo, destacando também a importância de tais ideias diante do processo que levou, posteriormente, a consolidação de um grupo que pregou o ideário reformista e apontou diversas críticas ao regime monárquico. Pretende-se, neste sentido, identificar a recepção das correntes positivistas, a fim de compreender a ressignificação destes ideais diante das demandas locais. Esta investigação tem a imprensa como principal *corpus documental*, identificando-a como espaço propício ao debate político do período e também como veículo partidário dos grupos políticos provinciais. Para a análise da documentação, esta pesquisa se baseia no estudo das *linguagens políticas*¹, propondo a identificação dos vocábulos mais utilizados em meio à difusão do positivismo na província, a fim de compreender os diferentes projetos políticos em voga, além da composição de uma nova linguagem, apontando a existência de grupos políticos que mesclavam diferentes nuances políticas apresentadas em todo o Império.

Para falarmos da construção de uma linguagem política positivista divulgada no Império brasileiro e sua ressignificação na província do Espírito Santo, torna-se necessário destacar que a circulação de ideias positivistas no Brasil não se limitou às décadas de 1880 e ao contexto de contestação imperial. Como indica Ivan Lins (1967), antes da formação do Apostolado Positivista, outros nomes já divulgavam a doutrina de Comte no Brasil oitocentista.² Não é nosso objetivo traçar neste estudo uma história do positivismo no Império, portanto, nos deteremos somente à forte atuação do Apostolado e dos divulgadores da doutrina comteana no momento em que se conjecturou o discurso de crise da monarquia. Nota-se que a atuação dos positivistas nos anos de crise, sem nenhuma dúvida, figurou espaço essencial de crítica à monarquia, por mais que entre seus adeptos emergissem dissidências entre o positivismo como doutrina e como ação política.

¹ De acordo com Pocock, reconstruímos a *linguagem política* de um período por meio dos termos mais utilizados, ou até mesmo pela produção de vocabulário e o uso de um *vocabulário político* disponível e a linguagem convencionalizada, o que o autor identifica como a articulação entre *parole e langue* (POCOCK, 2003).

² Lins indica que, entre 1850 e 1853, foram defendidas algumas teses na Escola Militar, as quais já defendiam o ideário positivista. Alguns dos autores destas teses foram Miguel Joaquim Pereira de Sá, Joaquim Alexandre Manso Saião e Manoel Maria Pinto Peixoto (LINS, 1967).

Contudo, antes de discutir o positivismo como projeto político no Brasil imperial, em âmbito nacional e também local, cabe fazer um breve esboço da filosofia de Auguste Comte, que, a partir de variantes distintas, serviu aos homens do Oitocentos como base para a contestação da monarquia. As obras produzidas por Auguste Comte no século XIX pretendiam criar uma nova filosofia, que, de acordo com Arthur de Lacerda (2000, p.17), libertaria o homem da vivência do sobrenatural e das abstrações propostas pela metafísica. A filosofia de Comte estava intrinsecamente ligada à constatação dos fatos, e visava, sobretudo, renovar as estruturas sociais por meio do poder voltado para o homem. Suas grandes obras, *Sistema de Filosofia Positiva*, que anteriormente se denominava *Curso de Filosofia Positiva*, escrita entre as décadas de 1830 e 1840, e *Sistema de Política Positiva*, publicado nos anos de 1850, trouxeram ao público aspectos teóricos e práticos da doutrina positivista, como, por exemplo, a lei dos três estados, a hierarquia das ciências e a separação entre o Estado e a religião. Elemento primordial da filosofia comteana, a Lei dos três estados demonstra as duas fases de uma sociedade até o desdobramento da terceira fase, o estado positivo.

A primeira fase, denominada teológica ou fictícia, caracteriza-se por um meio social que explica os fatos como consequência da intervenção do sobrenatural e de divindades, politeístas ou monoteístas. Esse tipo de sociedade, para Comte respeita a origem divina da monarquia, já que esta era imposição de Deus (LACERDA, 2000). Na segunda fase, chamada de metafísica ou abstrata, a sociedade passa a explicar os fatos sociais não mais como uma atividade divina, mas como abstrações personificadas, que direcionam o caráter dos acontecimentos. Essa fase pode ser exemplificada pela teoria do contrato social e as demais elaborações dos filósofos iluministas. Já na terceira fase, no chamado estado positivo ou científico, os fatos se explicam pela ciência, por meio da observação das leis naturais que determinam causa e efeito. Nesta última etapa, a sociedade reconhece a proeminência da espécie humana e sua prerrogativa de intervir sobre a natureza a fim de alterá-la em seu benefício. (LACERDA, 2000, p.22)

As proposições teóricas de Comte centralizam-se na ideia de aperfeiçoamento, que perpassava pelos dois primeiros estados, a fim de chegar ao estado positivo, instaurando a ditadura republicana. Comte, no entanto, reformulou em certa medida as características iniciais da doutrina positiva que difundia, e agregou a esta alguns princípios religiosos que, em sua maioria, não foram aceitos pelos simpatizantes de suas

ideias. A discordância induziu ao rompimento de Émile Littré, que até então era importante discípulo de Auguste Comte. Os que aceitaram a religião criada por Comte foram associados à denominação de positivistas ortodoxos³, enquanto os seguidores de Littré eram chamados de heterodoxos⁴.

Durante os últimos anos do Império, o positivismo conseguiu muitos adeptos, como demonstra, por exemplo, a formação da Igreja Positivista do Brasil, fundada por Miguel Lemos e Raimundo Teixeira Mendes, que passaram a seguir Pierre Laffitte, considerado sucessor de Comte após sua morte. Tal fato nos indica a influência da doutrina positivista durante a formulação das linguagens e projetos políticos que disputavam espaço naquele período. A recepção do positivismo, contudo, apresentou diversas interpretações no Brasil oitocentista, sobretudo no grupo heterodoxo. Os adeptos ressignificavam e utilizavam as formulações científicas e evolucionistas de acordo com suas necessidades. Havia diferenças até mesmo dentro da região onde a doutrina era difundida, como atestou Angela Alonso (ALONSO, 2002, p.22). Os ortodoxos também apresentaram dissidências, como, por exemplo, a ocupação de cargos políticos e aceitação do ideal democrático por Miguel Lemos, o que dificultava a adesão dos republicanos.

No entanto, a adoção do positivismo nas províncias ainda é um tema pouco estudado pela historiografia. No Espírito Santo oitocentista, a partir da década de 1880, identifica-se a produção de diversos jornais na capital que se tornaram propagadores das ideias de Comte. Entre os jornais analisados destacam-se *O Horizonte*⁵, *O Baluarte*⁶ e *A Província do Espírito Santo*⁷, que eram os principais veículos divulgadores da moral positiva e do cientificismo.

³ Os ortodoxos, liderados por Laffitte não compactuavam com o parlamentarismo adotado pela Constituição Francesa de 1875 e, além disso, permaneceram fieis a ideia de ditadura republicana cunhada por Comte (CARVALHO, 1990, p.20).

⁴ Carvalho destaca que, como uma de suas características, o grupo liderado por Littré aceitava o parlamentarismo francês e admitia certos compromissos entre Estado e Igreja (CARVALHO, 1990, p.20).

⁵ O jornal *O Horizonte* iniciou sua publicação em 1880, na Tipografia D'O Horizonte, em Vitória.

⁶ *O Baluarte* iniciou sua publicação em 1882, com uma impressão semanal. Sua tipografia se localizava em Vitória, e denominava-se órgão literário, recreativo e noticioso.

⁷ *A Província do Espírito Santo* era um periódico publicado em Vitória, e denominava-se um jornal ligado aos interesses provinciais e à escola Liberal.

a divulgação de um projeto positivista na província

É possível afirmar que a divulgação do positivismo na província do Espírito Santo se consolidou por volta de 1882, sob influência do presidente de província, o intelectual Herculano Inglês de Souza. Com o objetivo de reformular o método de alfabetização local, trazendo para província as novidades do método de ensino João de Deus, Inglês de Souza⁸ colocou em prática a reforma da instrução pública no Espírito Santo, um projeto debatido desde meados do século XIX. A passagem de Inglês de Souza em terras capixabas confirma a importância da circulação de ideias e sua difusão no meio intelectual. Como destaca Omar Schneider (2007), Inglês de Souza, com suas convicções liberais positivistas, acreditava que a instrução era única esperança para a modernização do Brasil. As três províncias onde exerceu cargos públicos, São Paulo, Sergipe e Espírito Santo, sentiram os efeitos do projeto de modernização e progresso empreendido pelo mesmo.

Para promover tal projeto modernizador, o presidente da província decidiu contratar Antônio da Silva Jardim⁹, professor da Escola Normal de São Paulo. As relações entre Silva Jardim e Herculano Inglês de Souza eram mais estreitas do que se imagina. Apresentados na Faculdade de Direito de São Paulo, Herculano ofereceu a Silva Jardim um emprego na redação de seu jornal, *A Tribuna Liberal*, no qual escrevia críticas literárias. Embora já adepto do republicanismo, Silva Jardim alegou, em *Memórias e Viagens*, que aceitou o cargo no jornal de cunho monarquista por questões de sobrevivência, posto que precisava terminar a faculdade. A amizade com Inglês de Souza deu a Silva Jardim outro emprego, pois passou a ocupar a vaga de professor no Curso Anexo à Escola Normal.

Além da estimada amizade, Silva Jardim e Inglês de Souza mantinham em comum o ideal positivista e a crença no progresso pela instrução. Foi em nome da modernização do ensino que o presidente da província e o republicano Silva Jardim apresentaram ao

⁸ Inglês de Souza ocupou por diversas vezes o cargo de administrador de algumas províncias no Império. De acordo com Omar Schneider, durante tais períodos, o intelectual implementou reformas ligadas a instrução pública e se colocou a discutir a formação de professores.

⁹ Durante a propaganda republicana difundida no fim da década de 1880, Silva Jardim foi considerado um de seus divulgadores mais radicais, defendendo a soberania popular, baseando-se em ideias da Revolução Francesa de 1789 (CARVALHO, 1987, p.11)

Espírito Santo os conceitos fundamentais da doutrina positiva, que acabariam incorporados pela elite intelectual local dentro de seu projeto de reforma.

Antônio da Silva Jardim narrou, em relatório enviado a Inglês de Souza, os resultados e o desenvolvimento das sete conferências públicas realizadas na Província. Durante a primeira conferência, Silva Jardim tratou da evolução das “sínteses educadoras” até a década de 1880, enfatizando a missão civilizadora da educação. Logo no primeiro contato com os espírito-santenses, Silva Jardim disse ter inspirado simpatia de muitos, além de perceber inúmeras adesões, o que, de certa forma, excedia suas expectativas. Já no relato da terceira conferência, ele indica que recebeu críticas do redator do jornal *O Espírito-Santense*¹⁰, o conservador Basílio de Carvalho Daemon, o que motivou a convidá-lo para assistir a conferência seguinte, a fim de que entendesse melhor as proposições do novo método.¹¹ Na sexta conferência, Silva Jardim focalizou o ensino na escola primária, abordando claramente sua vertente positivista:

Estudando este ensino na escola primária, procurei, Exm. Sr., conciliar os elementos de ordem com os de progresso, fazendo ver a necessidade de desenvolver a veneração das crianças pelos grandes homens por meio de retratos ou quadros comemorativos nas salas das aulas; pelas datas notáveis, especialmente o sete de setembro, dia da festa pátria, e pelo dia da festa dos Mortos, em que relembramos, o que devemos aos nossos antepassados (APEES, *Relatório apresentado a S.Exa. o Sr. Presidente da província o Espírito Santo Dr. H. M Inglês de Souza*, 1882, p. 3).

Na última conferência, Silva Jardim fez questão de acentuar a origem de seus ideais sobre a instrução, citando as proposições de Auguste Comte como a base das conferências:

Fiz então, Exm. Sr., baseado na grande regra da moral – viver às claras, a declaração de que minhas ideias sobre o ensino eram da escola do grande pensador Francês Augusto Comte, a Escola Positivista. E declarei mais ao auditório que não tinha pretensões a original: que tudo que eu dissera,

¹⁰ Periódico difusor de ideias do partido Conservador, publicado em Vitória na década de 1870.

¹¹ Relatório apresentado a S.Exa. o Sr. Presidente da província o Espírito Santo Dr. H. M Inglês de Souza – sobre a história e resultado da propaganda do método de leitura João de Deus por Antônio da Silva Jardim – Professor da aula do sexo masculino anexa à escola Normal de S. Paulo, contratado pelo Exm. Governo Provincial para propagar o mesmo método nesta província. 18 de julho, Vitória, Tipografia da “Província”, 1882.

podia-se encontrar no livrinho de João de Deus – A Cartilha Maternal, e nas obras d’aquela filósofo (APEES, *Relatório apresentado a S.Exa. o Sr. Presidente da província o Espírito Santo Dr. H. M Inglez de Souza*, 1882, p. 3).

O contrato estabelecido com Silva Jardim previa uma segunda fase na difusão do novo método de ensino, visando um curso público diário para os professores da província, onde ensinaria o método diretamente aos que lidavam com a educação provincial. Muitos professores participaram do curso ministrado por Silva Jardim, alguns vindos do interior e a maioria da capital, dentre os quais estava o redator e professor Amâncio Pinto Pereira (Relatório apresentado a S.Exa. o Sr. Presidente da província o Espírito Santo Dr. H. M Inglez de Souza, 1882, p.5). A partir da finalização do curso promovido pelo governo da província, o novo método de letramento e as ideias de Silva Jardim passaram a ser difundidas pelos professores locais, que repassavam os principais pontos da pedagogia moderna aos demais colegas professores. No entanto, o legado positivista transmitido pelo professor republicano, subsidiado por Herculano Inglês de Souza, foi sentido entre os intelectuais locais, que agregaram a doutrina positivista ao projeto da geração que pedia por progresso e por melhorias na província do Espírito Santo, utilizando os preceitos de Comte como meio condutor para a evolução e a civilização em suas publicações.

o positivismo na província do espírito santo

O grupo que divulgava a ciência positiva no Espírito Santo era formado basicamente por jovens membros do Partido Liberal como Moniz Freire, Cleto Nunes, Maximino Maia, Antônio Ataíde, Amâncio Pereira e Afonso Cláudio. A linguagem utilizada pelo grupo demarcava o atraso da província, a necessidade de melhorias locais e o clamor pelo progresso e pela abolição. Entretanto, nas entrelinhas dos discursos do grupo, tornou-se claro que não era necessário cortar os laços com a monarquia. Apesar do viés reformista atrelado à opção de não romper com o regime, este grupo não pode ser acomodado na caracterização dos “novos liberais” como propôs Ângela Alonso (2002,

p.112). O posicionamento contra a escravidão também não é suficiente para denominá-los “positivistas abolicionistas” e tampouco como “liberais republicanos”.¹²

Descendentes da elite política que já atuava na província, assim como os “novos liberais” identificados pela autora, esta nova geração não sofreu marginalização política. Moniz Freire e Cleto Nunes, por exemplo, ocuparam cadeiras na Assembleia Provincial logo após terminarem seus estudos. Maximino Maia foi membro ativo no grupo liberal liderado pelo Barão de Monjardim. De todos, Amâncio Pereira talvez estivesse um pouco mais distante da política institucional, mas, atuando como professor, tornou-se rapidamente um nome respeitado na província. Afonso Cláudio atuou muito mais como propagador do abolicionismo em saraus e associações do que dentro da Assembleia, no entanto, desde jovem, era respeitado no meio político da Província.

Alguns conceitos centrais que seriam utilizados pelos positivistas, como, por exemplo, a ideia de evolução, progresso e civilização, já eram parte da linguagem política capixaba. A década de 1880, no entanto, foi o momento de maior fôlego das ideias de Comte no cenário local direcionadas ao sentido político. Assim, as conferências de Silva Jardim, agregadas à formação que esses homens tiveram em suas faculdades, fizeram com que as novas ideias surtisserem efeito na Província, invadindo as tipografias e as folhas locais tanto no centro, como no sul. Na capital, entretanto, os efeitos foram sentidos de forma mais intensa. A circulação de ideias no início da década de 1880 foi operada por meio de três jornais de Vitória: *O Horizonte*, *A Província do Espírito Santo* e *o Baluarte*.

A adaptação das ideias positivistas pode ser mapeada por meio do posicionamento dos jornais, já que nem todos transmitiram a ciência positiva da mesma forma. O periódico *O Horizonte*, por exemplo, iniciou sua publicação em 1880, na Tipografia D’O Horizonte, na rua da Matriz nº 10, em Vitória. A redação pertencia à Maximino Maia, formado em engenharia pela Universidade de Gard, na Bélgica. Como indica Ivan Lins,

¹² É necessário destacar a análise deste grupo político quando comparado às denominações dadas por Angela Alonso. Propomos aqui uma perspectiva que destaque a pluralidade de ideias em âmbito provincial e, ainda, as ressignificações das mesmas no Espírito Santo. Diferente das análises que partem do geral para o particular, esta investigação visa resgatar as demandas provinciais e, sobretudo, a forma como as novas ideias propagadas nos anos finais do Império foram internalizadas na província do Espírito Santo. Para tanto, a partir da análise metodológica das linguagens políticas e do vocabulário utilizado nos jornais e textos da época, aponta-se que, mesmo que alguns nomes da política local apresentassem algumas características contidas nos grupos políticos citados por Alonso, optamos por não enquadrá-los puramente em tais categorias, mas sim utilizá-las como repertório para investigação dos projetos em voga na província. Deste modo, deve-se levar em conta que, de acordo com o contexto, estes homens fizeram uso de um arcabouço conceitual que mesclava diferentes vertentes políticas, indicando também mudanças de posicionamento ao longo de suas trajetórias. Sobre este tema ver SIQUEIRA, Karulliny Silverol. *O Império das Repúblicas: Projetos Políticos Republicanos no Espírito Santo, 1870-1908*. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Espírito Santo, 2016.

na Corte, Maximino Maia foi aluno na Escola Central, onde conheceu Teixeira Mendes e Miguel Lemos. O redator esteve também na Escola Militar do Rio, onde foi aluno de Benjamin Constant e companheiro de Floriano Peixoto.

O Jornal *A província do Espírito Santo*, por outro lado, foi redigido por Moniz Freire e Cleto Nunes, mantendo esporadicamente participações de Afonso Cláudio. A influência do positivismo não era algo surpreendente em Moniz Freire e Afonso Cláudio, já que ambos passaram pelas Escolas de Direito de Recife e de São Paulo, onde mantiveram contato com tais teorias. Neste periódico é possível identificar uma linguagem articulada ao positivismo heterodoxo, tanto pelos argumentos, como também pela convicção do grupo exposta no jornal (*A Província do Espírito Santo*, nº 01-05/01/1883). Ao defender o trabalho livre, por exemplo, os redatores insistiam na necessidade da abolição como passo para o progresso, mas, ao mesmo tempo, admitiam as complicações que ocorreriam em decorrência da falta de escravos na lavoura (*A Província do Espírito Santo*, nº 72-01/09/1882). Em outro artigo, publicou-se um texto enaltecendo as características do partido liberal, dentre estas, destacou-se o respeito e obediência às leis do Império.

Embora alguns autores identifiquem um posicionamento ortodoxo em Moniz Freire durante a proclamação da República¹³, destaca-se que, no início dos anos de 1880, Moniz Freire e seus companheiros mostraram-se, em seu jornal, comprometidos com um projeto de progresso, que era, no entanto, conservador, pois não clamava pela mudança de regime e tampouco se desvinculava do partido Liberal. A vertente conservadora é explicada por José Murilo de Carvalho como uma influência política dos grupos positivistas à obra de Comte *Appel aux conservateurs*, de 1855:

[...] o conceito de conservador provinha de sua visão particular da Revolução, que procurava fugir, de um lado, ao jacobinismo robespierrista, rousseauiano, chamado de metafísico, e, de outro, ao reacionarismo do restauracionismo clerical. Era conservador, na visão de Comte, aquele que conseguia conciliar o progresso trazido pela revolução com a ordem necessária para apressar a transição para a sociedade normal, ou seja, para

¹³Afonso Cláudio relata a mudança de posicionamento de Moniz Freire durante os momentos finais do Império. A partir da opinião de Afonso Cláudio, o historiador Estilaque Ferreira também aponta tal modificação, atrelando-a à formação de Moniz Freire em duas instituições diferentes: A Escola de Direito de Recife e a Faculdade de São Paulo (SANTOS, 2013. p. 26).

a sociedade positivista baseada na Religião da Humanidade (CARVALHO, 1990, p. 21).

Em outra perspectiva, as normas, valores e laços políticos talvez fossem as motivações da linguagem positivista ordeira empreendida pelos redatores de *A Província*. Cleto Nunes e Moniz Freire pareciam identificar os limites entre a crítica tênue e a exaltação, mantendo os vínculos preciosos com o Partido Liberal e as boas relações com o grupo político que liderava a província. Desenvolveram, neste sentido, uma crítica ainda limitada, obediente à hierarquia política. Indicavam, sobretudo, a ineficiência da soberania popular, extirpando-a do meio científico e positivo. Os redatores de *A Província* garantiam que o governo do “povo pelo povo” era, na verdade, um governo impossível, pois fazia parte de idealizações vagas e incoerentes. Nas palavras de Moniz Freire, seria como entregar a direção do universo aos astros. (*A Província do Espírito Santo*, nº 62-09/08/1882)

Em diversos momentos, o progresso é citado na publicação, indicando a ideia de evolução e de superação. Tais aspectos eram utilizados pelos redatores para forjar a linguagem que clamaria por melhorias na província do Espírito Santo. Apontava-se a necessidade de mudanças na instrução provincial, e a introdução da moral positiva como fator de regeneração. Tais discussões tomaram maior fôlego no ano de 1882 e 1883, principalmente após a visita de Silva Jardim. A maioria dos jornais da província trazia artigos caracterizando o tema e seu posicionamento sobre o assunto. Era de se prever, contudo, que a pauta gerasse também uma querela política. Em meio às discussões, o jornal positivista *O Horizonte* acusou os redatores de *A Província do Espírito Santo* de aderirem à causa da instrução por mero interesse político.

Antônio Athaíde, outro positivista, respondeu uma dessas críticas. Utilizando o jornal de Moniz Freire, Athaíde afirmou que a motivação que o levava a discutir o ensino na província era parte de sua filiação ao *Centro Positivista Brasileiro*, que tinha por base as ideias veiculadas na *Revista Ocidental* publicada na França sob a direção de Pierre Laffitte, e não o aproveitamento eleitoral. Ao mesmo tempo, Athaíde deixou transparecer no artigo que sabia, por outras pessoas, que Teixeira Mendes e Saldanha Marinho possuíam uma péssima visão do jornal de Maximino Maia, e afirmou que Maia adotava,

seguindo outros princípios, uma fórmula positivista incoerente. (*A Província do Espírito Santo*, nº 01- 05/01/1883.)

A “incoerência” do jornal de Maximino talvez fosse resultado de sua proximidade com os ortodoxos, vide suas ligações com membros da Igreja Positivista do Rio de Janeiro. As proposições de Maximino diferenciam-se, em algum sentido, das propostas da redação de *A província do Espírito Santo*, pois ele optava por uma discussão mais científica da moral positiva, expondo os preceitos originais do positivismo.

O periódico exibia claramente editoriais positivistas, atrelando o progresso à adesão às ciências positivas. As afirmações do jornal se dividiam entre o que poderia ou não, ser provado pela ciência, criticando o ateísmo e propondo a superioridade do positivismo. O redator enfatizava o posicionamento dos positivistas, afirmando que “os positivistas nada negam nem afirmam sobre questões em que a ciência não pode interferir”. No jornal havia uma coluna frequente denominada “Ciência para todos”, onde eram transcritos textos de Augusto Comte ou outros estudos filosóficos ligados ao positivismo. Nas proposições do redator, os homens eram os “únicos motores do universo” e toda forma de religião se resumiria à ação do homem sobre o mundo (*O Horizonte*, nº 10 -25/07/1880):

George Sand sustentou com os princípios da escola socialista que o futuro necessita da educação de um povo e da liberdade. E demais, caminhando nós para o progresso, é necessário que o Brasil, esta pátria de bravos, que caia por terra os grilhões do cativo, que lhe impunha a política de Portugal, faça desaparecer a máscara do escravo que ainda existe em seu seio, este legado bárbaro de seus colonizadores, dando-lhes a lei sacrossanta da Liberdade e instrução ao povo, a fim de que ele conheça seus direitos e deveres (*O Baluarte*, nº 45- 01/09/1882).

A citação expõe claramente a linguagem do jornal positivista que se utilizava de termos referentes à escravidão para tratar a necessidade de mudanças políticas, ao mesmo tempo em que o cativo e a falta de liberdade exibem posição contra a escravidão negra, posto que tal prática era um dos pilares do Império. Esses termos foram lançados no jornal para indicar também a “escravidão política” e, portanto, a falta de liberdade política. A transição de Monarquia para República só seria viabilizada por meio da instrução do povo, que, somente desta forma, abandonaria o legado bárbaro e o culto ao Rei. Quando

se fala em emancipação, percebem-se sempre os dois sentidos empregados na retórica do periódico. O conceito de emancipação quase sempre também se referia à emancipação política.

Além da crítica à escravidão, outros jornais positivistas, como *O Baluarte*, redigido por Amâncio Pereira em 1882, se voltaram para a deslegitimação da Igreja Católica, uma das fortes bases do regime imperial:

Só a doutrina positiva, que por si só é uma força, conseguirá libertar a Humanidade do cataclismo que assoberba no plano inclinado para onde nos arrasta o Catolicismo. O período do Catolicismo está a terminar, deixando a Humanidade entregue à mais infame anarquia mental, único e falho legado que lhe deixa esta doutrina retrógrada (*O Baluarte*, nº 45-01/09/1882).

De acordo com os redatores positivistas de Vitória, a ciência difundida pela doutrina de Comte não era, como colocavam os críticos, um elemento destruidor, mas sim um elemento criador. A divulgação da ciência e da moral positiva instruiria o povo contra “as teorias absurdas e fictícias”.

Em meio às discussões sociais, o jornal *O Horizonte*, ligado ao positivismo ortodoxo, indicou seu posicionamento político que discutia pela primeira vez a superação da monarquia:

Isto é o que nos ensina a História, a grande mestra em Política. O princípio monárquico do governo liga-se essencialmente ao regime teológico-militar, fora do qual não se pode necessariamente concebê-lo. Portanto, aplaudiu aos ataques do partido liberal no Brasil contra a religião do Estado e contra os exércitos numerosos, não podemos menos do que relevar-lhe a sua obstinação em favor da forma monárquica de governo. Isto constitui realmente uma aberração evidente, a de separar-se um fato das circunstâncias, pelas quais unicamente ele nos dá a conhecer (*O Horizonte*, nº 12- 08/12/1881).

Para a redação de *O Horizonte*, o regime monárquico se enquadrava na fase teológica, necessitando ser superado para o bem do país e da política. As críticas à monarquia surgiram em forma de frases que relacionavam o Império ao fanatismo e à anarquia de ideias.

A discussão entre ortodoxos e heterodoxos se prorrogou na província por longa data, e, em março de 1883, Joaquim Salles Torres Homem enviou uma carta do Centro Positivista ao Espírito Santo por meio de sua publicação em *A Província do Espírito Santo*. De início, ele destacou que a correspondência não se tratava de um boletim, mas sim de uma reflexão sobre as razões que naquele momento eram causadoras do pequeno progresso da doutrina positivista no Brasil. No artigo, Torres Homem ainda se propôs a indicar quais eram os meios necessários para reparar os erros cometidos até então. Entre as suas preocupações está o fato de que o positivismo na Corte se tornara objeto de zombaria entre os estudantes, diferente da repercussão que as ideias positivas causaram na província de São Paulo:

[...] O confronto do exemplo da província de São Paulo explica-nos cabalmente a anomalia do Rio. Os bons circunspectos intérpretes que lá encontrou o Positivismo, faltaram-lhe no Rio ou pelo menos não se tornaram salientes, para que fosse eficaz sua propaganda. Uns patricios nossos, moços de muito talento, porém vindos de Paris, capital brilhante da utopia, propuseram-se estabelecer no Rio, não como Pereira Barreto, a direção do movimento intelectual, o que é muito possível, pela propagação da educação positiva, mas estabelecer, o que é hoje impossível, o governo espiritual dos sentimentos, pelo advento dos costumes normais! Não sabemos se eles fizeram ideia da natureza de sua empresa, ou se simplesmente fizeram-se ilusão sobre as dificuldades de realizá-la e, sobretudo, esqueceram-se da importunidade, apontada aliás pelo próprio Comte para os países mais adiantados da Europa (*A Província do Espírito Santo*, nº 168- 09/03/1883).

De acordo com Torres Homem, os ensinamentos de Auguste Comte em *Filosofia Positiva* indicavam que os centros positivistas deveriam incumbir-se exclusivamente da direção do movimento intelectual como elemento necessário à instalação do governo espiritual. Torres Homem questiona os positivistas da Corte: “[...] se eles quiserem constituir-se realmente um centro positivista, pois que este nome adotaram para seu estabelecimento, ou pretendem tomar ordens num sacerdócio por conquanto impossível? Só lhes pedimos coerência.” (*A Província do Espírito Santo*, nº 168 - 09/03/1883).

A publicação dirigida à província do Espírito Santo alertou os positivistas locais para a exploração subjetiva do positivismo feita pelos que residiam na Corte. Para Torres Homem, era necessário destacar a tendência fatal propagada por estes homens que se iludiram sobre uma missão mais direta e imediata do positivismo, e julgaram-se ortodoxos, ocupando-se do futuro sem se prepararem o presente. E assim, destaca o autor, “logo veremos, o positivismo dos Comtistas está atrasado” (*A Província do Espírito Santo*, nº 168 - 09/03/1883).

Os liberais indicavam por meio da imprensa que não estavam dispostos a condenar ou censurar os compatriotas que fomentavam a propaganda republicana, posto o direito de todos os cidadãos em manifestar seu pensamento sobre a substituição de um sistema do governo vigente. No entanto, afirmavam que é de direito e também de dever imprescindível que apreciem as ideias e os propósitos que animam os que propunham a nova forma de governo, aconselhando que refletissem se seria uma mudança benéfica ou uma falsa orientação para o Brasil.

De acordo com as ideias dos liberais positivistas, destacam que não cultuavam nenhum fanatismo pela forma de governo vigente, e nem mesmo a traduziriam com a melhor forma de gestão dos negócios públicos. No entanto, na linguagem liberal, abolir essa forma de governo e as instituições vigentes não supriria as necessidades da nação. Neste sentido, as instituições atuais eram vistas como elementos que se modelavam de acordo com as exigências do país, e, sobretudo, acreditavam que a forma de governo era simplesmente um meio e não o fim. (*A Província do Espírito Santo*, nº 02 - 10/01/1989.)

Aos que reclamavam pela reforma e pela substituição da forma de governo como remédio para os males do país, os liberais apontavam que, diante das “condições especiais” do povo brasileiro, suas aspirações, hábitos e índole, uma mudança política como esta resultaria na permanência desses males e ainda na germinação de novos problemas dos quais até então o Brasil havia sido preservado: “Tem defeitos e inconvenientes a monarquia constitucional representativa, mas é a forma de governo que os representa em menor escala, de par com as vantagens importantíssimas que nenhuma outra realiza”. (*A Província do Espírito Santo*, nº02- 10/01/1989)

Além disso, as indicações liberais sobre o contexto político de crise construíram um significado para o vocábulo *liberdade* que, no entanto, se aproximava da *liberdade*

proposta pelos monarquistas, indicando que a consolidação da liberdade com limites seria a segurança contra o mal: “[...] Nisso consiste a excelência da monarquia representativa sobre quaisquer outras instituições governamentais: nenhuma como ela oferece tanta segurança contra o mal”. (*A Província do Espírito Santo*, nº02- 10/01/1989)

Sobre os republicanos, os liberais positivistas advertiam que:

[...] como se fora possível a descoberta de uma panacéia política universal, os propagandistas da república, enlevados por doutrinas abstratas, querem aplicar-las [sic] entre nós, sem atenção ao meio em que vivemos. Não advertem que as necessidades sociais não são as mesmas em toda parte e em todo o tempo (*A Província do Espírito Santo*, nº02- 10/01/1989).

Para os liberais, a atuação dos propagandistas republicanos era composta de exageros e provocavam a indignação geral. Desse modo, aconselhavam que chegara o momento de se opor a essas “falsas teorias” que utilizavam uma linguagem “calma e desapaixorada”, não pelo receio de que penetrassem na consciência nacional, e sim para que não conseguissem a adesão de indivíduos inexperientes. No entanto, as medidas a serem tomadas contra os propagandistas não deveriam ser os meios violentos, como havia ocorrido na Corte. Não careceria lançar mão dos excessos, pois a lei e a boa doutrina resguardariam recursos eficientes para neutralizar a anarquia (*A Província do Espírito Santo*, nº02- 10/01/1989).

considerações finais: a busca pelo progresso e pela evolução política

De acordo com a análise, as ideias positivistas foram veiculadas de diferentes formas no Espírito Santo, e, entre linguagens distintas, o projeto heterodoxo foi superior a qualquer vestígio de crítica ao Império. Tanto o jornal *O Baluarte* como *O Horizonte* cessaram suas publicações em meados da década de 1880. A leitura das edições de *O Horizonte* publicadas nos anos posteriores demonstra que o teor positivista visto nas primeiras publicações diminuiu expressivamente, em especial após o contrato para a publicação de atos oficiais do governo. O redator Maximino Maia diminuiu os debates sobre política, e ganhou cada vez mais prestígio entre o grupo Liberal.

O projeto positivista, com efeito, foi moldado pela elite política local, permitindo que a linguagem positivista provincial se baseasse somente na busca pelo progresso e pela evolução ligados às melhorias referentes a obras públicas, estradas de ferro, finanças provinciais e a uma reforma no ensino provincial. Apesar da incorporação e do controle dos positivistas por parte da cultura política dominante na capital, uma realidade bastante diferente foi vivenciada no sul do Espírito Santo, onde a monarquia gradualmente deixou de ser uma opção política viável para o futuro da província.

referências

Fontes

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO, *Relatório apresentado a S.Exa. o Sr. Presidente da província o Espírito Santo Dr. H. M Inglez de Souza – sobre a história e resultado da propaganda do método de leitura João de Deus por Antônio da Silva Jardim – Professor da aula do sexo masculino anexa à escola Normal de S. Paulo, contratado pelo Exm. Governo Provincial para propagar o mesmo método nesta província. 18 de julho, Vitória, Tipografia da “Província”, 1882.*

BIBLIOTECA NACIONAL, *A Província do Espírito Santo*

BIBLIOTECA NACIONAL, *O Baluarte*

BIBLIOTECA NACIONAL, *O Horizonte*

Obras Gerais

ALONSO, Angela. *Idéias em movimento: a geração 1870 na crise do Brasil-Império*. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

CARVALHO, José M. *A formação das almas: O imaginário da República no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

_____. *Os Bestializados: O Rio de Janeiro e a República que não foi*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

LACERDA, Arthur Virmond de. *A República Positivista*. 2. Ed. Curitiba: Juruá, 2000.

LINS, Ivan. *História do positivismo no Brasil*. São Paulo: Nacional, 1967.

POCOCK, John G. A. *Linguagens do Ideário Político*. São Paulo: Edusp, 2003.

SANTOS, Estilaque Ferreira. *Escritos Políticos de Muniz Freire*. Vitória: Pro Texto Comunicação e Cultura, 2013

SCHNEIDER, Omar. *A circulação de modelos pedagógicos e as reformas da instrução pública*: atuação de Herculano Marcos Inglês de Sousa no final do Segundo Império. Tese (Doutorado em Educação) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2007.

SIQUEIRA, Karulliny Silverol. *O Império das Repúblicas: Projetos Políticos Republicanos no Espírito Santo, 1870-1908*. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Espírito Santo, 2016.

Recebido em: 06/04/2020 – Aprovado em: 07/05/2020